

Catavento Cultural e Educacional

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2020 e 2019**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Administradores do
Catavento Cultural e Educacional
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Catavento Cultural e Educacional “Entidade”, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Catavento Cultural e Educacional em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as pequenas e médias empresas.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis para as pequenas e médias empresas e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 18 de fevereiro de 2021.

KPMG Auditores Independentes
CRC SP014428/O-6


Bruno Cesar Vieira da Silva
Contador CRC 1SP270337/O-1

Catavento Cultural e Educacional

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2020	2019	Passivo	Nota	2020	2019
Recursos vinculados a projetos	4	29.753	25.955	Fornecedores		1.170	235
Outros créditos		133	355	Projetos vinculados a executar	6	24.362	22.161
Despesas antecipadas		<u>3</u>	<u>49</u>	Salários, férias e encargos sociais		3.193	2.856
				Impostos e contribuições a recolher		742	687
				Outras contas a pagar		<u>3</u>	<u>-</u>
Total do ativo circulante		<u>29.889</u>	<u>26.359</u>	Total do passivo circulante		<u>29.470</u>	<u>25.940</u>
Realizável a longo prazo				Obrigações com o Estado e doações de bens a apropriar - Imobilizado	6	9.424	4.082
Depósitos judiciais		11	81	Contingências	7	<u>431</u>	<u>501</u>
Imobilizado	5	9.300	3.972			<u>9.855</u>	<u>4.583</u>
Intangível		31	30	Total do passivo não circulante			
Biológico		<u>94</u>	<u>81</u>	Patrimônio líquido			
Total do ativo não circulante		<u>9.436</u>	<u>4.164</u>	Patrimônio social	9	<u>-</u>	<u>-</u>
				Total do patrimônio líquido		<u>-</u>	<u>-</u>
Total do ativo		<u>39.325</u>	<u>30.523</u>	Total do passivo		<u>39.325</u>	<u>30.523</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Catavento Cultural e Educacional

Demonstrações de resultados

Exercícios findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	2020	2019
Receitas operacionais			
Recursos do contrato de gestão		41.856	45.390
Rendimentos financeiros - projetos com restrição		<u>537</u>	<u>1.127</u>
	10	42.393	46.517
Voluntários	3.k	<u>309</u>	<u>284</u>
Total		<u>42.702</u>	<u>46.801</u>
Despesas operacionais			
Atividades culturais			
Despesa com pessoal	11	(27.688)	(29.582)
Despesas gerais	12	(11.060)	(12.973)
Depreciação e amortização		(2.650)	(1.844)
Contingências		(110)	(499)
Patrocínios e gratuidades recebidas	13	(696)	(1.266)
Voluntários	3.k	<u>(309)</u>	<u>(284)</u>
Resultado antes das despesas financeiras		(42.514)	(46.448)
Despesas financeiras		<u>(188)</u>	<u>(353)</u>
		<u>(42.702)</u>	<u>(46.801)</u>
Resultado do exercício		<u><u>-</u></u>	<u><u>-</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Catavento Cultural e Educacional

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	2020	2019
Resultado do exercício	-	-
Outros resultados abrangentes:	-	-
	<hr/>	<hr/>
Resultado abrangente total	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Catavento Cultural e Educacional

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Patrimônio social	Superávits acumulados	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2019	-	-	-
Resultado do exercício	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u><u>-</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>-</u></u>
Resultado do exercício	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u><u>-</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>-</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Catavento Cultural e Educacional

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício	-	-
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	2.650	1.844
Contingências	103	354
Varição nos ativos e passivos		
Redução / (aumento) nos ativos em		
Recursos vinculados a projetos	(3.798)	(4.525)
Outros créditos e ativo biológico	209	584
Despesas antecipadas	46	12
Depósitos judiciais	70	(18)
(Redução) / Aumento nos passivos em		
Projetos vinculados a executar e obrigações com o Estado	7.543	4.256
Salários e provisão de férias e encargos sociais	337	(19)
Fornecedores e outras contas a pagar	938	(148)
Pagamento de contingências	(119)	(515)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>7.979</u>	<u>1.825</u>
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado e intangível	(8.004)	(1.845)
Baixa imobilizado e intangível	<u>25</u>	<u>20</u>
Fluxo de caixa (utilizado nas) atividades de investimento	<u>(7.979)</u>	<u>(1.825)</u>
Movimentação líquida em caixa e equivalentes de caixa	-	-
Caixa equivalente de caixa em 1º de janeiro	-	-
Caixa equivalente de caixa em 31 de dezembro	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>-</u>	<u>-</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

O Catavento Cultural e Educacional, também denominado “Catavento” ou “Entidade”, é uma Entidade Civil sem fins lucrativos constituída em 8 de março de 2007 e qualificada como organização social no âmbito da cultura através do processo nº SC-487-2007 em 16 de maio de 2007.

A Entidade tem objetivos de natureza sócio-educativas e culturais, consubstanciados na criação e gerenciamento de espaços culturais e educacionais no Estado de São Paulo, notadamente os desenvolvidos pela Secretaria de Estado da Cultura e Economia Criativa.

Para cumprimento de seus objetivos, a Entidade poderá, conforme definido em seu Estatuto Social, realizar as seguintes atividades:

- Criar e gerir espaços culturais e educacionais que promovam o conhecimento geral, a ciência, o espírito criativo, a saúde e boas atitudes sociais entre as crianças e os jovens, através de instalações interativas e diversificadas segundo as suas finalidades;
- Criar e gerir espaços, e realizar atividades que sejam dirigidas à proteção e conservação do meio ambiente, ao esporte, lazer e recreação;
- Promover atividades educacionais na comunidade, em conjunto com entidades públicas e privadas;
- Manter intercâmbio com outras instituições que atuam no âmbito da educação, cultura e arte;
- Realizar, incentivar, patrocinar e promover eventos, congressos, simpósios, treinamentos, cursos e exposições.
- Atuar, junto ao poderes constituídos em âmbito federal, estadual, e municipal via contrato de gestão, convênio, parcerias e demais avenças celebradas com os entes federativos, órgãos e entidades públicas, instituições e empresas privadas, nacionais e estrangeiras;
- Gerir espaços para venda de produtos relacionados aos objetivos da Catavento, bem como explorar café, bar ou restaurante, e estacionamento, em área dentro, ou fora, de suas dependências, para o atendimento dos frequentadores do museu e desde que os recursos gerados sejam utilizados nas atividades de suporte da Catavento.

A Entidade é responsável pela gestão, fomento e operacionalização das atividades e serviços a serem desenvolvidos em seis unidades denominadas “Fábricas de Cultura Setor A” localizadas nos bairros de Sapopemba, Vila Curuçá, Itaim Paulista, Cidade Tiradentes, Parque Belém e São Bernardo do Campo, sendo esta última inaugurada em setembro 2020 e a unidade do Museu Catavento, localizado no Palácio das Indústrias.

1.1 Coronavírus (“COVID-19”)

O Coronavírus (COVID-19) foi reconhecido como pandemia em 11 de março de 2020. A maioria dos governos mundiais passaram a adotar medidas restritivas para conter a

disseminação do vírus e o aumento significativo da incerteza econômica. O setor de cultural foi afetado com o fechamento temporário das atividades abertas ao público em geral. A Entidade teve de readequar junto a Secretaria de Cultura e Economia Criativa e os demais parceiros de projetos, a forma de atuação no cumprimento das obrigações contratuais. As principais iniciativas adotadas pela Administração da entidade foram:

- Fechamento do Museu e das Fábricas de Cultura para visitação do público presencial pelo período proibitivo de acordo com as determinações do governo conforme o Plano São Paulo que regulamentava as regras de quarentena no Estado;
- Implantação de home-office para todos os colaboradores que permaneceram com seus contratos ativos;
- Readequação das metas e obrigações dos contratos de gestão para o exercício de 2020;
- Renegociação de contratos com prestadores de serviços;
- Adesão a Medida Provisória (MP) 936/2020, com a redução de jornada de trabalho (entre 25% e 70%) e suspensão de alguns contratos de trabalho.

Devido aos impactos ocasionados pelo Covid-19, houve uma redução do valor dos repasses dos contratos de gestão. O valor firmado para o exercício de 2020 estava previsto para serem repassados no montante de R\$ 48.836. No entanto, com o cenário de pandemia, a Secretaria de Cultura e Economia Criativa emitiu o 6º aditamento dos Contratos de Gestão nº 02/2017 e nº 01/2016, com o valor revisado para R\$ 44.254 e em contrapartida todas as metas qualitativas de execução foram realinhadas com a Secretaria de Cultura e Economia Criativa. A Entidade mantém suas operações asseguradas, pelos Contratos de Gestão do Museu Catavento e Fábricas de Cultura do Setor A, com vigência até 31 de novembro de 2022 e 31 de dezembro de 2025 respectivamente.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis para pequenas e médias empresas.

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Administração em 18 de fevereiro de 2021.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros não-derivativos registrados por meio do resultado, mensurados pelo valor justo.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação as estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- **Nota Explicativa nº 7** - mensuração de provisões para contingências.

e. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Entidade exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos, descritos na nota explicativa nº14 de instrumentos financeiros. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Entidade tem seus ativos e passivos financeiros não derivativos registrados pelo valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Entidade gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Entidade. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e Recebíveis

Esses são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem outros créditos.

Recurso vinculados a projetos

Os recursos vinculados a projetos abrangem saldos de caixa e bancos conta movimento e aplicações financeiras.

Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

(ii) Instrumentos financeiros derivativos

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2020 e 2019, incluindo operações de *hedge*.

b. Apuração do resultado e reconhecimento das receitas e despesas incentivadas

Os recursos provenientes do Contrato de Gestão, quando utilizados, ou seja quando executado referido contrato, são reconhecidos no mês de competência como receita durante o exercício. Os recursos não utilizados ficam registrados no passivo circulante, representando a parcela que ainda deverá ser aplicada.

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. Os valores recebidos e empregados do Contrato de Gestão e Projetos Especiais originados de contratos com a Secretaria de Cultura são registrados da seguinte forma:

- Recebimento / Captação dos recursos: Quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido o débito de recursos vinculados a projetos e o crédito de projetos vinculados a executar no passivo circulante.
- Consumo como despesa: Quando ocorrem os gastos do Contrato de Gestão e dos recursos incentivados, são reconhecidas as despesas correspondentes, sendo as despesas reconhecidas em contrapartida ao débito do passivo de projetos vinculados a executar.

c. Ativos biológicos

Os ativos biológicos foram contabilizados conforme o valor de mercado, e estão compostos por animais vertebrados e invertebrados, sendo 9 peixes e 19 corais, no montante de R\$ 94 (R\$ 81 em 2019), que constituem os aquários que encontram-se expostos no Museu. Anualmente é realizado por responsável técnico uma avaliação do valor para a contabilização.

d. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumulado, quando necessário.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

Instalações	5 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Máquinas e equipamentos	5 anos
Equipamentos de informática e comunicação	5 anos
Benfeitoria em imóveis de terceiros	2 a 5 anos
Instrumentos musicais	5 anos
Sistema ar condicionado	2 anos
Brinquedos temáticos	2 a 5 anos
Marcas e Patentes	5 anos
Software	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

e. Redução ao valor recuperável

(i) Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A Administração da Entidade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão.

f. Provisões e passivos circulantes e não circulantes

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

g. Benefícios a empregados

A Entidade não mantém planos de pensão, previdência privada ou qualquer outro plano de aposentadoria ou de benefícios para os empregados e dirigentes após sua saída. Adicionalmente, não mantém plano de benefícios a dirigentes e empregados na forma de planos de bônus ou de participações.

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidos como despesas de pessoal conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago, se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

h. Doações de bens e direitos a apropriar

Os bens recebidos (imobilizado e intangível) em doação ou aqueles adquiridos com recursos oriundos de projetos incentivados (Lei Rouanet) ou do contrato de gestão são contabilizados observando o disposto na NBC TG 07 - Subvenção e Assistência Governamentais. Segundo a referida norma, a receita de doação relacionada a ativo depreciable deve ser reconhecida ao longo do período da vida útil do bem ou direito e na mesma proporção de sua depreciação, sendo reconhecida a crédito na receita “Recursos do contrato de gestão”, em contrapartida da depreciação registrada como despesa no resultado.

i. Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data dos balanços.

j. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras.

As despesas financeiras abrangem, basicamente, as tarifas bancárias cobradas pelas instituições financeiras.

k. Receitas com trabalhos voluntários

Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1) -Entidade sem Finalidade de Lucro, a Entidade valoriza as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da administração, sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida a despesas operacionais também no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2020 a Entidade registrou o montante de R\$ 309 referente a trabalhos voluntários (R\$ 284 em 2019).

l. Gerenciamento de risco financeiro

A Entidade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos dos usos de instrumentos financeiros:

- Risco de liquidez
- Risco de mercado

A Entidade apresenta informações sobre a exposição de cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Entidade, políticas e processos para manutenção e gerenciamento de risco na nota explicativa nº14.

Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Entidade são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Entidade.

4 Recursos vinculados a projetos

	2020	2019
Caixa	11	7
Banco conta movimento	20.821	647
Aplicações financeiras	8.921	25.301
	29.753	25.955

Os recursos vinculados a projetos referem-se substancialmente a recursos recebidos pela Entidade que serão utilizados exclusivamente nos projetos incentivados, conforme mencionado na nota explicativa nº 6. As aplicações financeiras, observando o que rege os contratos de gestão vigentes, são de baixo risco, mantidas a curto prazo e com alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa.

Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a fundos de renda fixa e são remunerados às taxas que variam em média entre 62% a 97% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (65% a 96% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI em 2019). No exercício de 2020 houve investimentos vinculados a captação via Lei Rouanet que foram remunerados às taxas médias que variaram de 30% a 88% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (33% a 89% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI em 2019).

5 Ativo imobilizado

	Taxas anuais de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	
				2020	2019
Instalações	20%	4.089	(4.089)	-	-
Móveis e utensílios	10%	2.896	(1.960)	936	527
Máquinas e equipamentos	20%	6.741	(3.824)	2.917	932
Equipamentos de informática e comunicação	20%	3.014	(2.974)	40	18
Benfeitoria em imóveis de terceiros	50%	12.042	(8.996)	3.046	672
Instrumentos musicais	20%	1.235	(551)	684	33
Brinquedos temáticos	50% a 20%	14.852	(14.444)	408	948
Acervo - projeto de terceiros	20%	1.450	(242)	1.208	246
Outros	10% e 20%	463	(402)	61	74
Obras em andamento	-	-	-	-	522
Total		46.782	(37.482)	9.300	3.972

Movimentação imobilizado

Em 2020

	Saldo em 01/01/2020	Adições	Baixas	Transf.	Saldo em 31/12/2020
Movimentação do custo					
Instalações	3.567	-	-	522	4.089
Móveis e utensílios	2.305	598	(7)	-	2.896
Máquinas e equipamentos (*)	4.391	2.367	(17)	-	6.741
Equip. de informática e comunicação	2.672	30	(2)	314	3.014
Benfeitoria em imóveis de terceiros (*)	8.276	3.267	-	499	12.042
Instrumentos musicais	549	689	(3)	-	1.235
Sistema ar condicionado	522	-	-	(522)	-
Brinquedos temáticos	14.854	2	(4)	-	14.852
Acervo - projeto de terceiros	420	1.030	-	-	1.450
Outros	774	4	-	(315)	463
Obras em andamento	522	-	(24)	(498)	-
Total	38.852	7.987	(57)	-	46.782

Catavento Cultural e Educacional
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2020 e 2019

	Saldo em 01/01/2020	Adições	Baixas	Transf.	Saldo em 31/12/2020
Movimentação da depreciação					
Instalações	(3.567)	-	-	(522)	(4.089)
Móveis e utensílios	(1.778)	(187)	5	-	(1.960)
Máquinas e equipamentos	(3.459)	(381)	16	-	(3.824)
Equipamentos de informática e comunicação	(2.654)	(7)	2	(315)	(2.974)
Benfeitoria em imóveis de terceiros	(7.604)	(1.392)	-	-	(8.996)
Instrumentos musicais	(516)	(39)	4	-	(551)
Sistema ar condicionado	(522)	-	-	522	-
Acervo - projeto de terceiros	(174)	(68)	-	-	(242)
Brinquedos temáticos	(13.906)	(543)	4	-	(14.444)
Outros	(700)	(17)	-	315	(402)
Total	(34.880)	(2.634)	31	-	(37.482)
Saldo líquido	3.972	5.353	(25)	-	9.300

(*) Em outubro de 2020, houve aquisições significativas de máquinas e equipamentos e benfeitoria em imóveis de terceiros para montagem da nova Fábrica de Cultura – São Bernardo.

Em 2019

	Saldo em 01/01/2019	Adições	Baixas	Transf.	Saldo em 31/12/2019
Movimentação do custo					
Instalações	3.580	-	(13)	-	3.567
Móveis e utensílios	2.300	49	(33)	(11)	2.305
Máquinas e equipamentos	4.136	347	(92)	-	4.391
Equipamentos de informática e comunicação	2.682	2	(12)	-	2.672
Benfeitoria em imóveis de terceiros	8.510	223	(905)	448	8.276
Instrumentos musicais	547	3	(1)	-	549
Sistema ar condicionado	522	-	-	-	522
Brinquedos temáticos	14.879	185	(34)	(176)	14.854
Acervo - projeto de terceiros	174	44	-	202	420
Outros	990	-	(216)	-	774
Obras em andamento	-	985	-	(463)	522
Imobilizações em andamento	12	-	(12)	-	-
Total	38.332	1.838	1.318	-	38.852
Movimentação da depreciação					
Instalações	(3.577)	(3)	13	-	(3.567)
Móveis e utensílios	(1.618)	(190)	30	-	(1.778)
Máquinas e equipamentos	(3.172)	(375)	88	-	(3.459)
Equipamentos de informática e comunicação	(2.660)	(6)	12	-	(2.654)
Benfeitoria em imóveis de terceiros	(8.217)	(293)	905	1	(7.604)
Instrumentos musicais	(493)	(24)	1	-	(516)
Sistema ar condicionado	(522)	-	-	-	(522)
Acervo - projeto de terceiros	(120)	(46)	-	(8)	(174)
Brinquedos temáticos	(13.087)	(860)	34	7	(13.906)
Outros	(898)	(17)	215	-	(700)
Total	(34.364)	(1.814)	1.298	-	(34.880)
Saldo líquido	3.968	24	(20)	-	3.972

6 Projetos vinculados a executar

A seguir apresentamos os contratos em andamento no exercício e sua movimentação demonstrando o total de recursos recebidos pela Entidade e os rendimentos financeiros desses recursos, bem como os montantes utilizados na execução dos projetos (consumo).

	Saldos em 01/01/2020	Valores recebidos / repasses	Captação de recursos e outros créditos(a)	Rendimentos financeiros	Outras movimentações	Consumo e imobilizações	Saldos em 31/12/2020
Contrato de gestão Catavento 02/2017 (b)	14.039	8.417	5.899	226	(698)	(11.850)	16.033
Contrato de gestão das Fábricas 01/2016 (c)	12.204	35.837	366	311	(113)	(30.852)	17.753
Total	26.243	44.254	6.265	537	(811)	(42.702)	33.786
(-)Obrigações com o Estado- Imob./Intang/Biol	(4.082)	-	-	-	-	(5.342)	(9.424)
Projetos a executar	22.161	44.254	6.265	537	(811)	(48.044)	24.362

- **Valores recebidos/captados** - referem-se aos montantes recebidos ou captados para incentivo aos projetos vinculados.
- **Rendimentos financeiros**-referem-se a rendimento das aplicações financeiras dos recursos vinculados aos projetos que, de acordo com a norma contábil, são reconhecidos no ativo em contrapartida aos projetos a executar.
- **Consumo** -referem-se aos gastos que foram empregados nos projetos ao longo do exercício social.
- **Outras movimentações** - referem-se as benfeitorias recebidas em doação oriundos de projetos incentivados (doação de bens a apropriar), sendo a receita relacionada a esse ativo depreciable, reconhecida no resultado ao longo do período da vida útil do bem e na mesma proporção de sua depreciação e movimentação das obras em propriedade de terceiros em andamento.

(a) Captações de recursos e outros créditos

Recursos Incentivados (i)	4.172
Bilheteria	591
Locação de Espaço	113
Captações e Parcerias	1.008
Outras e voluntários	381
	<u>6.265</u>

i – As receitas de recursos incentivados referem-se aos recursos captados junto aos patrocinadores (pessoas físicas ou jurídicas) via Lei 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que instituiu o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) com o objetivo de ampliar o acesso à cultura e a produção cultural em todas as regiões; apoiar, valorizar e difundir as manifestações artísticas brasileiras; proteger nossas expressões culturais e preservar o patrimônio; além de estimular a produção cultural como geradora de renda, emprego e desenvolvimento para o país.

A Organização Social Catavento Cultural e Educacional, desenvolveu para o Museu Catavento a Proposta Cultural “Plano de Manutenção 2020” através da referida lei, com o objetivo de captar e dar continuidade, no ano de 2020, às atividades regulares do Museu Catavento - Espaço Cultural de Ciência: a visitação ao acervo, os projetos culturais e de formação, o qual teve sua aprovação no valor de R\$ 2.738 aprovado no Diário Oficial da União em 20 de novembro de 2019 – Projeto de Manutenção PRONAC 193294.

Por meio do PRONAC 193294, foram aportados através das empresas: R\$ 587 Bayer (em 2019), R\$ 500 Tetra Pak, R\$ 400 Nestlé e R\$ 400 BV Financeira.

Para o exercício de 2021, foi também desenvolvido o “Plano de Manutenção 2021”, voltado também para o Museu Catavento, este foi aprovado no Diário Oficial da União em 08 de outubro de 2020 – Projeto de Manutenção PRONAC 203249 no valor de R\$ 3.172. Neste projeto já temos aportado em 2020 os valores de R\$ 500 Bayer, R\$ 1.500 IBM, R\$ 223 Seral e R\$ 649 Siemens, totalizando R\$ 2.871.

(b) Contrato de Gestão - Catavento 02/2017

Em 29 de novembro de 2017, a Entidade (contratada) renovou o contrato firmado com o Governo do Estado de São Paulo (contratante), por meio do Contrato de Gestão 02/2017 com vigência até 30 de novembro de 2022, com valor global de repasses estimado em R\$ 55.099 para o período. Durante o exercício de 2020, a Entidade recebeu R\$ 8.417 (R\$8.275 em 2019) decorrentes do Contrato de Gestão, sendo R\$ 1.300 para o projeto Luminotécnico. A Entidade possui permissão de uso para o imóvel onde está instalada, conhecido como Palácio das Indústrias, pelo prazo de vigência do contrato de gestão, e em contrapartida, é responsável pela operação, manutenção preventiva e corretiva do referido imóvel.

(c) Contrato de Gestão - Catavento 01/2016

Em 21 de fevereiro de 2016, a Entidade (contratada) firmou com o Governo do Estado de São Paulo (contratante), por intermédio da Secretaria de Estado da Cultura, o Contrato de Gestão 01/2016 com vigência até 31 de dezembro de 2020, com valor global de repasses estimado em R\$ 159.423 para o período.

Durante o período do contrato, a Entidade recebeu do Estado recursos financeiros para o fomento e a operacionalização da gestão e da execução das atividades e serviços a serem desenvolvidos em seis unidades denominadas “Fábricas de Cultura Setor A” localizadas nos bairros de Sapopemba, Vila Curuçá, Itaim Paulista, Cidade Tiradentes, Parque Belém e São Bernardo do Campo, sendo esta última inaugurada em setembro/2020. Essas atividades e serviços são medidos por metas e indicadores de desempenho trimestrais e anuais. Durante o exercício de 2020, a Entidade recebeu R\$ 35.837 (R\$ 33.811 em 2019) decorrentes do Contrato de Gestão. A Entidade administrou os imóveis onde estão instalados as Fábricas de Cultura do Setor A, pelo prazo de vigência do contrato, e em contrapartida, foi responsável pela operação, manutenção preventiva e corretiva dos referidos espaços.

Em 09/12/2020 a Catavento (Contratada) foi declarada vencedora em resposta a Convocação Pública publicada em 18/09/2020 através da Resolução SC Nº 27/2020 para dar continuidade a gestão das Fábricas de Cultura do Setor A. Firmando então novo contrato com o Governo do Estado de São Paulo por intermédio da Secretaria de Cultura e Economia Criativa (Contratante) em 30/12/2020, por meio do Contrato de Gestão nº 02/2020 com vigência de 01/01/2021 até 31 de dezembro de 2025, com valor global de repasses estimado em R\$ 231.533 para o período.

Além dos recursos financeiros provenientes do Poder Público, para execução do objeto do Contrato de Gestão, a Entidade também mantém as seguintes fontes de recursos:

- i. Receitas auferidas pela prestação de serviços e pela realização de atividades, tais como bilheterias;

- ii. Receitas advindas da utilização de seus espaços físicos;
- iii. Doações de entidades nacionais; e
- iv. Rendimentos de aplicações financeiras

Por força do Contrato de Gestão, a Entidade está obrigada a cumprir determinadas metas, as quais são trimestralmente avaliadas pelas respectivas Unidades Gestoras e pela Comissão de Avaliação dos Resultados dos Contratos de Gestão da Secretaria de de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo. No caso de não cumprimento dessas metas, a Entidade poderá sofrer penalidades descritas nos contratos de gestão.

Os relatórios trimestrais relativos ao período de março, junho e setembro de 2020, foram preparados e encaminhados para as respectivas unidades gestoras, sendo o 1º trimestre aprovado em 07 de julho, o 2º trimestre aprovado dia 20 de agosto e o 3º trimestre aprovado dia 21 de dezembro pela Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico (UPPM), , e pela Unidade de Formação Cultural (UFC) o 1º e 2º trimestres aprovados em 14 de julho e 14 de agosto de 2020. A prestação de contas referente aos relatórios de atividades anuais será enviada pela Catavento em 26 de fevereiro de 2021.

7 Contingências

A Entidade reconhece a provisão para riscos civis e trabalhistas quando seus assessores jurídicos consideram como provável o risco de perda de demandas judiciais e administrativas, que acarretarão em desembolso de recursos que possam ser mensurados com razoável nível de segurança.

Em 2020, a Entidade figura como reclamada em 5 ações de natureza trabalhista (14 em 2019). Foi registrado como provisão, o valor de R\$ 99 (R\$ 189 em 2019), relativo ao risco trabalhista classificados pelos assessores jurídicos como risco de perda provável, considerado suficiente para cobrir as perdas potenciais com as ações em curso. Há uma ação de natureza cível registrada como provisão no montante de R\$ 332 (R\$ 312 em 2019), totalizando R\$ 431 (R\$ 501 em 2019). Para os riscos acima existem depósitos judiciais que totalizam R\$ 11 (R\$ 81 em 2019). A Entidade não possui processos com probabilidade de perda possível.

8 Remuneração da Administração

O Estatuto Social da Entidade possui previsão de não remuneração dos membros do Conselho e remuneração dos membros da Diretoria Executiva e Financeira. A Entidade não distribui parcelas de patrimônio ou renda a qualquer título, e aplica integralmente no País os recursos destinados à manutenção de suas atividades.

9 Patrimônio líquido

O patrimônio líquido é composto, substancialmente, pelo patrimônio social e pelos déficits/superávits apurados anualmente.

Em caso de extinção ou desqualificação da Entidade como organização social, haverá a incorporação integral do patrimônio, dos legados ou das doações que lhe foram destinados, bem como dos excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, ao patrimônio de outra organização social qualificada no âmbito do Estado de São Paulo, da mesma área de atuação, ou ao patrimônio do Estado, na proporção dos recursos e bens por este alocados através do Contrato de Gestão.

10 Receitas operacionais

	2020	2019
Recursos governamentais - gestão Fábricas 01/2016	30.175	31.246
Recursos governamentais - gestão Catavento 02/2017	9.896	7.511
Captações e Parcerias (a)	1.008	1.549
Bilheteria	591	2.218
Rendimentos financeiros	537	1.127
Locação de espaço	113	542
Recursos Lei Rouanet - Minc 185011	-	2.161
Outras	73	163
	<u>42.393</u>	<u>46.517</u>

Conforme mencionado na nota explicativa nº 6, além dos recursos financeiros provenientes do Poder Público, para execução do objeto do Contrato de Gestão, a Entidade também mantém as fontes de recursos advinda de (i) receitas auferidas pela prestação de serviços e pela realização de atividades, tais como bilheterias, (ii) da utilização de seus espaços físicos, (iii) doações e (iv) rendimentos de aplicações e ativos financeiros.

- (a) Em 2020 tivemos captações e parcerias para o museu e as fábricas de cultura, sendo principalmente: R\$ 360 com divulgações na mídia em parceria com a empresa G&A Comunicação; R\$ 326 relativo ao reconhecimento de receita diferida proveniente dos bens imobilizados recebidos em doação, R\$ 171 em apresentações de dança e teatro e demais parcerias no montante de R\$ 151, totalizando R\$ 1.008.

11 Despesas com pessoal

	2020	2019
Salários	12.914	14.173
Encargos sociais	5.698	6.315
Benefícios	4.951	4.522
Férias e 13º salário	3.348	3.102
Estagiários	671	1.273
Outras despesas	106	197
	<u>27.688</u>	<u>29.582</u>

12 Despesas gerais

	2020	2019
Prestadores de Serviços	5.579	5.496
Despesas administrativas	2.298	2.987
Programa de serviço educativo e projeto especial (a)	1.192	2.076
Conservação, segurança e manutenção predial	816	1.064
Programa de Comunicação (c)	527	391
Programa Exposição e Programa Cultural (b)	492	866
Programa Acervo/Conservação Documentação/Pesquisa (d)	154	72
Outras despesas	2	21
	<u>11.060</u>	<u>12.973</u>

A seguir apresentamos a composição das despesas gerais das principais atividades da Entidade:

	Programa de serviço educativo e projeto especial (a)		Programa Exposição e Programa Cultural (b)		Programa de Comunicação (c)		Programa Acervo/Conserv/Doc/Pesq (d)	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Transportes	13	75	53	273		-		-
Lanches e refeições	143	796	10	74		-		-
Gráfica e material de comunicação	-	-	-	-	110	268		-
Assessoria de imprensa e publicações	-	-	-	-	22	76		-
Manutenção técnica e instalações	318	434	3	-		-		-
Manutenção de instrumentos musicais	134	144	-	-		-		-
Produção e divulgação	141	241	410	470		-		-
Material de consumo	41	42	-	-		-		-
Exposições	-	-	-	25		-		-
Acervo bibliográfico	-	-	-	-		-	94	66
Outras despesas	402	344	16	24	395	47	60	6
	<u>1.192</u>	<u>2.076</u>	<u>492</u>	<u>866</u>	<u>527</u>	<u>391</u>	<u>154</u>	<u>72</u>

13 Patrocínio e gratuidades recebidas

	2020	2019
Patrocínio de serviços - Pessoa Jurídica (a)	622	1.206
Doação acessórios - Fábricas de Cultura	74	60
	<u>696</u>	<u>1.266</u>

(a) Os patrocínios referem-se as parcerias realizadas com entidades públicas ou privadas. No exercício de 2020 as Fábricas de Cultura tiveram diversas parcerias de apresentações de dança e teatro, nos montantes de R\$ 61 e R\$ 110 respectivamente. No Museu Catavento a principal parceria foi com a empresa G&A Comunicação que realizou divulgações na mídia e exposição no museu, no montante de R\$ 360, demais parceria R\$ 165, totalizando R\$ 696.

14 Instrumentos financeiros

Todos os ativos financeiros não derivativos (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A seção 11 do Pronunciamento técnico PME – Contabilidade para pequenas e médias empresas estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela Entidade, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. O Pronunciamento técnico PME descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas mensuração ao valor justo:

- **Nível A** – A melhor evidência do valor justo é o preço cotado para ativo idêntico (ou ativo similar) em mercado ativo. Este normalmente é o preço corrente de compra;
- **Nível B** - Quando os preços cotados estão indisponíveis, o preço de contrato de venda fechado ou transação recente para ativo idêntico (ou ativo similar) em transação em bases usuais de mercado entre partes conhecedoras e interessadas fornece evidência de valor justo;
- **Nível C** – Se o mercado para o ativo não está ativo e quaisquer contratos de venda fechados ou as transações recentes envolvendo ativo idêntico (ou ativo similar) por si só não são uma boa estimativa de valor justo, a entidade deve estimar o valor justo utilizando outra técnica de mensuração.

O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros da Entidade está classificado como Nível B (representado pelas aplicações financeiras).

Em função das características e forma de operação, bem como a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2020, a Entidade está sujeita aos fatores de:

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Entidade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros têm nos ganhos da Entidade, no valor de suas participações em instrumentos financeiros. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos da Entidade. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Com relação às taxas de juros, visando à mitigação desse tipo de risco, a Entidade centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e fundos de renda fixa.

15 Avais, fianças e garantias

A Entidade não prestou garantias ou participou de quaisquer transações como interveniente garantidora durante o exercício de 2020 e 2019.

16 Renúncia fiscal

Em atendimento ao item 27, letra “c” da ITG 2002 (R1) - entidade sem finalidade de lucros, a Entidade apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020:

- IRPJ (Imposto de renda da Pessoa Jurídica)
- CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido)
- ISSQN (Imposto sobre Prestação de Serviços de Qualquer Natureza) isenção de 60% (sessenta por cento) do ISS devido, observada, em cada período de competência, a alíquota efetiva mínima de 2% (dois por cento)
- COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) sobre as receitas próprias

17 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2020, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era de R\$ 51.000 e R\$ 3.000 para responsabilidade civil (R\$ 51.000 e R\$ 3.000 em 2019 respectivamente).

* * *

Gisele Regina da Silva
Diretora Financeira

Rogério Gerlah Paganatto
CRC 1SP131987/0-3